

# Enquanto é tempo

RAUL PILLA

Entrou em crise o acôrdo. Crise prevista, esperada, fatal. Enquanto visava o govêrno atual, relativamente fácil era manter-se o acôrdo, pois fundava-se numa situação estabelecida, e não numa situação a estabelecer. Relativamente fácil era computar-lhe as vantagens e as desvantagens; reduzia-se tudo a um problema de contabilidade política.

Agora, porém, pedem ao acôrdo que funcione, não para o presente, senão para o futuro; não para contornar ou afeiçoar uma situação de fato, mas para criar outra situação de fato, que, depois de estabelecida, prevalecerá no mínimo por cinco anos. Exige-se dos partidos do acôrdo, pelo menos de alguns dêles, que empenhem previamente o seu futuro e com êle comprometam talvez o destino do país.

Esta é a questão reduzida à sua essência. Trata-se nada menos, que de assegurar, renunciar ou compartilhar o domínio da nação. E' para os maiores partidos, neste regime, um ato vital e decisivo. Justos não são, portanto, os que a meras ambições pessoais atribuem o desacôrdo que se verificou na questão presidencial da República. Que as ambições pessoais existem e estão perturbando, é evidente; mas acima delas e dominando-as, está o fato fundamental, que os partidos, ao disputarem o presidente, estão de fato lutando, contra os outros, por seu próprio domínio e, mais do que isto, estão lutando por sua sobrevivência mesma. Seria muito querer que os partidos entregassem sem resistência o pescoço ao jugo, e voluntariamente se imolassem aos seus rivais.

Quererá isto dizer que a democracia não comporta acordos partidários para a constituição de um govêrno, que a luta a todo transe é a sua lei? Não, porque, se a democracia é luta, é também, e sobretudo, transigência. E nos países parlamentares, em que se verifica a multiplicidade partidária, são correntes os acordos na formação do govêrno. O que parece inconciliável com a prática dos acordos é o sistema presidencial que adotamos. Ele é o regime do "tudo ou nada": tudo é e tudo pode quem detém o govêrno, nada é e nada vale quem está fora dêle. O partido que pelega pela presidência da República, ou pela governança do Estado, pelega por sua própria sobrevivência. Não há exemplo, na história republicana, de um partido de oposição que tenha resistido mais de alguns anos à inclemência do regime, pois, em nossa mecânica presidencialista, o govêrno, mais do que a resultante, é a determinante da vida pública. Quem está no govêrno pode tudo; quem está fora dêle não pode nada. Se esta é a realidade do nosso regime político, como pretender que os maiores partidos — maiores e por isto mais sujeitos à desagregação — se disponham de boa mente a entregar a chave mágica do poder, que é a presidência da República? Seria exigir a seus homens atributos mais que humanos.

Não admira, pois, que o problema do candidato único se haja tornado quase tão árduo, quanto o da quadratura do círculo. Só por milagre, ou pela intervenção de fatores estranhos e imprevisos, os três partidos que se reuniram em tôrno do govêrno atual, poderiam chegar a acôrdo quanto à eleição do novo presidente da República, pois acôrdo, no caso, significa simplesmente renúncia. Seria humano exigí-lo a um partido, que tem ou supõe ter o maior eleitorado?

Tem-se afirmado, em todos os tons, ser o acôrdo uma necessidade da preservação da nossa democracia, contra a ação deletéria da demagogia infrene. Não discuto a necessidade. Mas, se ela é real, se indispensável é a concentração dos partidos do centro, e se a questão presidencial, longe de os unir, os separa, só haverá um meio eficaz para a colaboração: instituir um sistema de govêrno coletivo responsável, que, em vez de conceder um poder quase incontrastável a um só homem e, portanto, a um só partido, permita entre vários partidos uma colaboração efetiva e mais ou menos equipolente no govêrno. Se tal é o problema, outra não pode ser a solução.

Aberto para ela foi o caminho com a emenda parlamentarista à Constituição da República. Ao apresentá-la, em meados dêste ano, visavam os seus signatários, muito mais que obviar às dificuldades da sucessão presidencial, resolver de fato o crônico e cada vez mais grave problema político brasileiro. Não é uma terapêutica de ocasião a que sugerem; mas, ao indicá-la, não ignoravam que poderia ser reclamada, como realmente o está sendo, pelo episódio político da sucessão. Se o remédio remove a causa, também lhe suprimirá os efeitos.

Sombrias eram já as perspectivas da campanha eleitoral que se aproxima; negras tornaram-se elas agora, com a anunciada ruptura do acôrdo partidário. Transformando, porém, o presidente da República no Supremo Magistrado da Nação e dêle afastada pelo sistema de gabinete, a responsabilidade imediata do govêrno, tudo se alhana, pois para o selo do parlamento se transfere a disputa do poder.

Para esta solução, e para a imensa responsabilidade que da sua rejeição advirá aos nossos chefes políticos, quero eu chamar a atenção neste momento. Mantido o acôrdo tripartidário, árdua será, ainda assim, a luta; desfeito êle, ninguém poderá prever as consequências do fato. Mas, com acôrdo ou sem acôrdo, a adoção do sistema parlamentar resolverá a questão, suprimindo-a. Pensem nisto, enquanto é tempo, os homens responsáveis pelos destinos do país. E nisto pense e medite, mais que todos, o homem que, por força do seu cargo, tem no momento a maior soma de responsabilidades: o sr. presidente da República.